

# 1

## O Mundo do Trabalho e o Mercado Informal

O presente capítulo aborda o significado da categoria trabalho, e como tal caracterização se fez presente historicamente em uma sociedade que vivenciou a lógica de um capital permeado pela construção da individualidade e pelo mercado que oferece o “equilíbrio” entre as leis da demanda e da oferta.

O crescimento do capital apresenta-se através do capitalismo concorrencial, monopolista e financeiro, fizeram emergir várias estratégias para que o mundo do trabalho se modificasse considerando as crises que o capitalismo enfrentou. Essas modificações vão desde a Revolução Industrial, durante a qual o indivíduo presenciou as mudanças efetivas no modo de produção.

Nesse período, o mundo assistiu à industrialização deixar para trás o modo de produção artesanal, até então conhecido pela sociedade. Os artesãos tiveram que deixar seus labores diários e se entregar à realidade fabril, restando-lhes a venda da mão de obra por um valor que favorecia a exploração da mais-valia por parte do capitalista.

O Capital passou também pela Era do Ouro do Capitalismo, sendo esta última trabalhada por Hobsbawn (1998), o qual ressaltava que onde o crescimento econômico se mostrava com o apoio do Estado, consolidavam-se políticas para fazer o capital girar. A interrupção desse processo se deu por outra mudança, que trouxe uma crise e suas evidências apontavam para necessidades de transformações profundas, viabilizando assim, a sobrevivência de um sistema que depende única e exclusivamente do lucro. Nesse sentido, a categoria do trabalho sofre mutações ao longo dos tempos e como tal, o capital também muda para atender à dinâmica de certa realidade.

Sendo assim, a classe que vive do trabalho experimenta também historicamente, o fenômeno da expropriação e da exclusão, mas consolida a precarização da mão de obra através do fenômeno da mundialização do capital.

Esse cenário leva ao processo de informalidade, que será trabalhado no decorrer do capítulo, como válvula de escape não apenas para a classe trabalhadora, mas para o capital que depende da lei da oferta e da procura, ou seja, do consumo efetivo dos indivíduos.

O presente capítulo objetiva ainda tratar da relação da informalidade com o capital na contemporaneidade, ponderando a fetichização do capital e a precarização do trabalhador que se encontra à margem da formalidade e passa a ser alvo de programas sociais pela condição precarizada.

## 1.1 Os Caminhos do Trabalho Diante da Crise do Capital

Historicamente, o estudo sobre o mundo do trabalho revela diretrizes que apontam a caracterização do sujeito humano nesse processo, em traços dialéticos de acordo com o seu contexto social, histórico e cultural.

Para entender os caminhos do capital, faz-se importante entender o funcionamento do sistema feudal, que segundo Hubermam (2004), revela não apenas o contexto de troca de mercadorias, como a larga desigualdade social presente entre os camponeses e senhores feudais.

O advento do capital aparece na história como mola propulsora de maior conflitualidade nesse ensejo, visto que o homem volta-se ao sistema de uma economia na qual o lucro e a mais-valia aparecem com maior relevância, pois não bastava apenas a troca de mercadorias, era preciso perceber que os valores entre elas eram diferentes e assim, precisavam ser vistas e avaliadas também de maneira diferente. Tal motivo revela a decadência do sistema feudal e a emergência do capital.

Hubermam (2004), em sua obra *A História da Riqueza do Homem*, revela que nem todo dinheiro é capital, ou seja, tudo depende de como ele é visualizado e aplicado no contexto social, contudo, o dinheiro é o condutor de um sistema que vai se firmando na sociedade e ganha maior visibilidade, sobretudo a partir da Revolução Industrial, quando para o homem o trabalho começa a ganhar um outro significado.

Ainda de acordo com Hubermam (2004), o homem que até então exercia suas atividades laborativas de maneira artesanal, passa a ver na máquina tanto uma revelação do progresso (para aqueles que faziam parte da burguesia), como também um fator de aumento da exclusão (para a grande massa do proletariado), haja vista que o sistema de produção canaliza para a massificação de produtos através da indústria, olvidando-se a necessidade da classe que vive

do trabalho, pois a exclusão impunha não apenas a redução do quantitativo de trabalhadores, mas também a exploração mais condensada da mão de obra dos trabalhadores, inclusive, de mulheres e crianças.

Ressalta-se que a inclusão da mão de obra feminina não imperou pela visibilidade social da mulher, mas a precarização do trabalho apontou a referida como mão de obra mais barata que a do homem, revelada pelo processo de secundarização do elemento feminino na sociedade, elencando a questão salarial mais baixa, no desenvolvimento do mesmo tipo de atividade.

Tal contexto trazia mais lucro para os donos dos meios de produção, que viam no trabalho feminino a maior referência da mais-valia e conseqüentemente, de maior acumulação do capital. Sobre o processo de acumulação, Marx na obra *O Capital*, em edição de 2008, aponta o seguinte contexto:

A primeira condição da acumulação é de que o capitalista consiga vender as suas mercadorias e volte a transformar em capital a maior parte do dinheiro assim obtido; é necessário que o capital tenha circulado com regularidade, e suponhamos que assim tenha sido, com efeito. (Marx, 2008, p. 173 e 174).

A análise de Karl Marx mostra como a acumulação do capital é feita no processo de transformação do dinheiro e da mercadoria. Nesse sentido, o sujeito que vende sua força de trabalho é visto como um coadjuvante do processo no olhar do capitalista, mas também de relevância, haja vista que o dono dos meios de produção precisa de quem venda sua mão de obra para adentrar ao processo de acumulação. Já a classe que vive do trabalho, por sua vez, exerce atividades laborativas em prol da sobrevivência.

Ainda sobre a acumulação, Marx na obra *O Capital*, em edição de 2008 enfatiza que:

O capitalista que produz um sobrevalor, isto é, que arranca diretamente ao operário trabalho não pago, apropria-se primeiro, porém não é só ele quem o desfruta. O sobrevalor divide-se em diversas partes, que percebem diferentes categorias de pessoas sob várias formas, tais como o lucro industrial, juros, lucro comercial, renda agrícola etc. Porém essa participação não muda a natureza do sobrevalor, nem as condições pelas quais se converte em origem da acumulação. Qualquer que seja a parte do sobrevalor que o capitalista empresário retenha para si, ele é sempre o primeiro que se apropria por completo e o único que o transforma em capital; podemos, pois, considerar o capital como representante de todos os que repartem o bolo (Marx apud Coutinho 2008, p.174).

A citação de Marx nos faz pensar sobre a acumulação e o sobrevalor do capital, o qual aparece de várias formas e representa os que repartem o “bolo”, entretanto, vale considerar que a “fatia” que pertence ao trabalhador é sempre

mínima, ou seja, grande parte fica com os donos dos meios de produção, sinalizando assim, o fenômeno da mais-valia.

Nesse ínterim, a classe que vive do trabalho, historicamente foi explorada de todas as formas, tendo sido tal fato ainda mais acirrado a partir do advento do capital, já que as relações de trabalho levaram a maior precarização da mão de obra do trabalhador.

Marx *apud Coutinho* (2009) enfatiza a seguir uma reflexão sobre o valor do capital.

O processo de trabalho tem como fim um valor de uso, ou seja, um produto criado para satisfazer as necessidades humanas. Nas sociedades capitalistas, tal processo tem como objetivo não só valores de uso, mas principalmente valores de troca, isto é mercadorias, com vistas à valorização do capital. (Coutinho *apud* Marx, 2009:02).

A assertiva da autora mostra que o capital não tem apenas um tipo de valor, mas permeia valor de uso e de troca, gerando a relação dialética do capital, a qual envolve o homem e também a sua relação com a natureza, sendo que ambos transformam-se cotidianamente.

Para tecer uma compreensão mais clara sobre o significado do valor de uso e de troca, Marx (2008) ressalta que:

Para se converter em mercadoria, um objeto deve ser, antes de tudo uma coisa útil, uma coisa que ajude a satisfazer necessidades humanas dessa ou de outra espécie. A utilidade de uma coisa, utilidade que depende de suas coisas naturais aparece no seu uso ou consumo, e faz dela um valor de uso. (...) Destinado a quem os confecciona a satisfazer as necessidades ou as conveniências de outros indivíduos, um objeto é entregue pelo produtor àquela pessoa a quem é útil, a quem quer usá-lo em troca de outro objeto, e por esse ato se converte em mercadoria. A proporção variável, em que umas mercadorias de espécies diferentes se trocam entre si, constitui o seu valor de troca (p.52).

A afirmação mostra como a mercadoria pode significar valor de uso para quem a consome, assim como valor de troca, para quem dela precisa para efetivar a mudança ou troca por outro produto necessário ao sujeito.

O capital transmite todos esses ensejos que perfazem o mundo do trabalho no qual o indivíduo está inserido secularmente, no entanto, a classe que vive do trabalho reserva-se o direito da venda de sua mão de obra em um sistema excludente e desigual no que tange à acumulação do capital na sociedade. Ao considerar tal contexto, faz-se relevante discutir o significado do trabalho que se configura como elemento central na discussão, o qual segundo Antunes (1999, p.139) configura-se como “*elemento mediador introduzido entre*

*a esfera da necessidade e a da realização desta”.*

A interpretação de Antunes revela que o trabalho faz-se necessário devido às demandas que as pessoas apresentam no que se refere primeiramente a própria sobrevivência. Essa consideração também pode ser elencada juntamente com a informalidade, pois o trabalho é mediador entre o sujeito que precisa deste para estabelecer mecanismos de subsistência e sustentabilidade.

Sobre o trabalho, Antunes enfatiza ainda que:

Por meio do trabalho, da contínua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida social, a consciência do ser social deixa de ser epifenômeno, como consciência animal que, no limite, permanece no universo da reprodução biológica. A consciência deixa então, de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma atividade autogovernada (1999, p.138).

O autor revela que, a partir do trabalho, o homem como ser social, torna-se autogovernável, ou seja, configura-se apenas como um sujeito que apresenta demandas para a sociedade, através do trabalho e do resultado deste.

Para Marx (2008), o trabalho apresenta um duplo aspecto, já que tem um gasto físico e, sobretudo, também um gasto humano, de forma produtiva para se ter um fim particular. Tal contexto aponta que o trabalho como partícipe das necessidades humanas se constitui como mola propulsora do cotidiano do ser social.

De acordo com Coutinho (2009), com o passar do tempo, o trabalho vem tomando forma de estratégia de sustento através do emprego. Essa análise acerca da categoria trabalho reporta-se ainda aos dias de hoje na conjuntura social de inserção do ser social no mundo do trabalho.

O século XX reservou ao capital, grandes lutas travadas entre a burguesia e o proletariado. Um fator que pode ser considerado é a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, a qual apresentou consequências em nível mundial, justamente pelo processo de globalização já presente no mundo.

Antes desse processo, em 1914, temos a data simbólica inicial do sistema fordista, que de acordo com Harvey (2004) marcou a realidade mundial porque introduziu a jornada de oito horas e cinco dólares por recompensa para o trabalhador.

O Fordismo, segundo Harvey (2004), reconhecia que a produção em massa trazia também o consumo em massa, o que levava a um novo sistema de reprodução da força de trabalho e a uma política de controle e gerência desse mesmo trabalho.

Esse sistema objetivava, inclusive, oferecer renda e tempo de lazer para o consumo dos produtos produzidos, para fazer assim o capital girar na sociedade, ou seja, fazer valer a lei da demanda e da oferta.

Harvey (2004) sinaliza que o fordismo só mostrou problemas sérios a partir da década de 1960, quando a Europa e o Japão já tinham se recuperado da guerra.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o Fordismo já dá sinais de incapacidade em relação às contradições inerentes ao capitalismo, o que foi reforçado ainda pela crise tratada abaixo.

Ao capital, reservou-se ainda uma grande crise em seu sistema na segunda metade do século XX, a qual emergiu pela crise do petróleo a partir da década de 1970. Esse contexto é reportado por Antunes (1999) através do processo de flexibilização do mundo do trabalho, o qual colocou o fordismo, que até então era o modelo vigente na industrialização em nuances que permearam mudanças concernentes à realidade multifacetada.

Sobre a crise do capital, Harvey, na obra *A Condição Pós-Moderna* (2004) aponta que:

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor de “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (Harvey, 2004 p. 140).

A citação de Harvey (2004) mostra as consequências da crise do capital, pois ressalta o “novo” processo de acumulação de capital efetivado através da flexibilização dos processos de trabalho, o que canaliza para um processo de reestruturação produtiva profunda, longe dos cânones impregnados no fordismo. Nesse contexto, percebe-se mundialmente, a tendência da acumulação flexível.

Ao ressaltar ainda o sistema fordista, Melo (2008) considera que sua gestão se deu durante a Segunda Revolução Industrial e seu modelo econômico foi utilizado pelos principais países capitalistas no pós-guerra. Tal modelo ganhou hegemonia pelo modo de desenvolver a indústria, por caracterizar não apenas a produção em massa, mas também um consumo que foi concebido de natureza semelhante, ou seja, é importante ter a oferta e a procura do produto,

para fazer o capital. Vale dizer que essa estratégia do capital é utilizada tanto no mercado formal como informal.

Aliado ao Fordismo, o Taylorismo chega como forma de controle do trabalho no interior do processo produtivo, complementando assim as ações do primeiro. Assim, o Taylorismo atua na divisão de tarefas, auxiliando a concepção e execução das ações.

Pode-se tecer como exemplo o interior de uma fábrica, onde o trabalhador faz apenas movimentos rotineiros; cada pessoa tem uma função específica e o conjunto dessas funções caracteriza a produção de algo, tendo-se um automóvel como exemplo.

Para Braverman *apud* Melo (2008) o processo de execução e concepção de tarefas é entendido da seguinte maneira:

(...) a separação do processo de trabalho entre planejamento e execução (a separação entre mão e cérebro nos dizeres do autor, fragmentando o trabalho, reduzindo o custo da força de trabalho e provocando a parcelização e rotinização do trabalho na produção), se configurou como a mais decidida medida simples na divisão do trabalho tomada pelo modo capitalista de produção. Inerente a esse modo de produção desde os primórdios, e se desenvolve, sob a gerência capitalista, por toda a história do capitalismo, ou seja, a mais eficaz forma de controle do trabalho, engendrada pelo capitalismo ao longo de sua história e a mais formidável estratégia de extração de mais-valia produzida pela articulação entre ciência e gerência do processo produtivo desde Taylor (p. 22).

O autor retrata que o processo de parcelização e conseqüente separação nos modos de produção, ocorre à medida que o trabalhador é responsável por uma única tarefa, configura-se como uma das formas de controle mais estratégicas do capitalismo, pois assim é possível visualizar com mais clareza a exploração da mão de obra e a extração da mais-valia, engordando os cofres burgueses nesse processo.

Tais fatores evidenciaram ainda mais o fenômeno da exclusão social, ou seja, o sujeito social às margens do processo social, haja vista que o lucro ficou detido somente nas mãos dos capitalistas, restando à classe que vive do trabalho apenas a venda da sua mão de obra por um salário que não reflete o esforço físico e humano.

Melo (2008) ressalta que o modelo fordista trouxe uma prosperidade sem precedentes no pós-guerra, devido ao crescimento econômico impulsionado pelos fatores que já foram descritos. Os ganhos de economia de escala fomentaram os anos dourados do capitalismo, a recuperação europeia e

japonesa, além da formação do Welfare State<sup>1</sup> (Estado de Bem-Estar Social) nos principais países capitalistas.

A partir do início dos anos 70, ao passar da fase do Welfare State Keynesiano, o capitalismo começou a apresentar sinais críticos, ou seja, apresenta-se a crise do modelo fordista, cujos traços evidenciaram quatro características que são apontadas como: redução nos ganhos de produtividade, saturação do consumo, desenvolvimento do trabalho improdutivo e elevação da composição orgânica do capital.

Os elementos supracitados fizeram emergir outro conceito de trabalho, em que o capital cede lugar ao processo de flexibilização, visto que o quadro caótico do capital apontava a elevação da inflação, o aumento do endividamento das empresas e, sobretudo, as altas taxas de desemprego que assolavam a classe que vivia do trabalho, fomentando assim, a exclusão do mundo do trabalho.

Sobre o fenômeno da reestruturação produtiva, Melsw (2008) ressalta que:

Entre os elementos da reestruturação capitalista, articulado ao advento de uma nova Revolução Industrial e Tecnológica assentada nas tecnologias da informação e na informatização do processo produtivo, na hegemonia das políticas neoliberais com liberdade irrestrita ao mercado, inclusive com a determinação da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho e ao processo de globalização/mundialização do capital desencadeado com a crise do fordismo, a economia flexível de capital surgiu como uma ruptura aos padrões rígidos de produção fordistas/tayloristas, apontando para a constituição de uma nova forma de gestão da produção, com a mescla de várias formas de acumulação de capital, dentre as quais se sobressai o modelo toyotista ou japonês, representando o redimensionamento do processo produtivo, a reorganização do trabalho na produção, a alteração das formas de gestão empresarial e, primordialmente, as relações entre as empresas (p.23).

A análise do autor mostra que a reestruturação produtiva abre as portas para a flexibilização do trabalho e tem como aporte tanto a nova Revolução Industrial, como também a nova forma de gestão da produção, a qual obedece aos “novos” critérios do mercado e do capital.

O neoliberalismo também contribui com os processos de trabalho, haja vista que a liberdade de mercado e a globalização contribuem para a tentativa de recuperar os ganhos do capital, explorando cada vez mais a mão de obra do trabalhador e conseqüentemente, precarizando mais ainda suas atividades

---

<sup>1</sup> O Welfare State surge nos países europeus através da expansão do capitalismo no período que sucedeu a Revolução Industrial e o movimento de um Estado nacional, que tinha como objetivo a democracia. O Welfare State apresenta a transformação do Estado a partir de suas estruturas, funções e legitimidade. Trata-se de uma resposta às demandas relacionadas à segurança socioeconômica (Wieczynski, 2009).

O Welfare State Keynesiano aponta para a intervenção do Estado na economia, como variável-chave no processo econômico para a repartição de rendas.

laborativas.

Ressalta-se que, junto com o fenômeno da flexibilização do mundo do trabalho, aparece a exclusão social mais exacerbada dos postos de trabalho e a exigência cada vez maior relacionada ao perfil dos trabalhadores com salários precarizados. Todo esse aporte gera a elevação da informalidade no mundo do trabalho, já que o ser social é excluído por meio da reestruturação produtiva.

Antunes (1999) também enfatiza a crise do taylorismo e do fordismo como expressão da crise do capital, apontando os seguintes aspectos:

- 1) A queda da taxa de lucro das empresas apresenta-se devido ao aumento do preço da mão-de-obra do trabalhador, após o período de intensas lutas sociais dos anos de 1960 que objetivaram o controle social da produção.
- 2) A crise do fordismo/taylorismo ocorre pela incapacidade do modelo supracitado oferecer respostas à retração do consumo que acometia a sociedade cotidiana;
- 3) A hipertrofia da esfera financeira, pois o capital precisava emergir como campo prioritário no processo de internacionalização;
- 4) A crise do Welfare State que trouxe a retração do Estado no que tange aos gastos públicos;
- 5) Tendência às privatizações e à flexibilização do processo produtivo.

Assim, as raízes da crise do fordismo/taylorismo não poderiam mais esconder uma crise estrutural do capital, o que precisava de alternativas diferenciadas para fomentar a sua sobrevivência frente ao mercado internacional que se ampliava.

A crise do capital, para Antunes (1999) caracteriza os seguintes contextos:

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o 'toyotismo' ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital a sua crise estrutural (p.47-48).

O autor debate as mudanças no processo produtivo e como as referidas

suscitaram as respostas à crise estrutural do capital, ou seja, o processo de reestruturação produtiva ofereceu aporte à recuperação do capital, fomentando a globalização e mundialização da economia, o que agravou a condição do sujeito que faz parte do clã que vive do trabalho.

Ao se referir à classe que vive do trabalho, Antunes (1999) diz que insere todos aqueles que vendem sua força de trabalho, seja através do trabalho manual ou a totalidade do trabalho coletivo e assalariado.

O mundo do trabalho envolve os trabalhadores produtivos, que são os que produzem diretamente a mais-valia e os improdutivos, que atuam no setor de serviços e não geram diretamente o valor.

Antunes (1999) revela que a classe trabalhadora envolve os seguintes sujeitos:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos *Mc Donald's*, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, dos trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castilho, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são diretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural (p.33-34).

O autor tece um debate relevante sobre os sujeitos que se inserem na classe que vive do trabalho, pois não se trata apenas do proletariado industrial já enfatizado por Marx, mas, sobretudo, o fato de que a contemporaneidade abre espaço para o surgimento de outros sujeitos que se enquadram nesse processo.

Os trabalhadores do setor de serviços fazem parte da classe que vive do trabalho, pois todos vendem, igualmente, sua mão de obra para os capitalistas, gerando assim, a mais-valia.

O mundo do trabalho envolve muitos indivíduos, os quais qualificados ou não, estão fora de um mercado que exige cada vez mais e remunera cada vez menos. O trabalhador não tem mecanismos de sustentabilidade, gerando público para os programas e projetos sociais, principalmente aqueles voltados à transferência de renda.

Os referidos programas existem não apenas como dívida histórica que se tem com a população brasileira, mas como mola propulsora que faz o capital girar, ou seja, para alimentar o sistema da oferta e da procura.

Nesse ínterim, o mundo do trabalho, no processo de reestruturação produtiva envolve o trabalhador e exige sua multifuncionalidade frente às demandas de uma produção em larga escala em uma economia globalizada que exige a automação, que segundo Catanni (1999,p.25) na obra Dicionário Crítico sobre o Trabalho e tecnologia significa: “Todo instrumento ou objeto que funcione sem a intervenção humana, podendo ser aplicado a qualquer tipo de máquina ou artefato que opere desse modo.”

Vale enfatizar que o processo de automação conduz à substituição do homem pelas máquinas, reporta a redução da mão de obra dos indivíduos, e conseqüentemente, sua expropriação do mundo do trabalho através da acumulação flexível. Segundo Harvey (2004):

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do capitalismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (Harvey, 2004 p. 140)

A reflexão do autor mostra que a partir da reestruturação produtiva surge um novo modelo denominado como acumulação flexível, através do qual se apontam “novas” necessidades de acordo com os aportes da sociedade, já que o mundo do trabalho está se modificando, o que requer um trabalhador multifacetado, disposto a se inserir nos postos que surgem através da inovação tecnológica, organizacional e comercial.

Ressalta-se também que, os sujeitos que não se inserem no sistema acabam ficando à margem do mercado formal, desta forma, inserem-se na informalidade do trabalho, assunto a ser abordado a seguir.

## 1.2

### **O Mercado Informal como Via de Empregabilidade**

A reflexão sobre o mundo do trabalho conduz a diretrizes que sugerem análises, através dos processos sociais, econômicos e culturais os quais

envolvem vários sujeitos.

A ordem do capital envolve poder e favorece um jogo de inclusão ou exclusão social, de acordo com o posicionamento do sujeito no interior dos processos produtivos. Retrata-se aí que o trabalhador é alvo do capital em vários processos, inclusive, nos modos de vida e no exercício de atividades laborativas.

O indivíduo pode ser considerado produtivo, se interessa ao capital excludente de alguma maneira, pois de acordo com Antunes (2004), o trabalho é a fonte de toda riqueza.

Apesar da afirmação, sabe-se que a desigualdade social produz tal riqueza somente para a classe dominante, enquanto a classe subalterna, por seu turno, depende da venda contínua da sua mão de obra para a garantia da sobrevivência. A luta cotidiana ocorre pelo antagonismo das classes, ao mesmo tempo em que uma depende da outra para continuar existindo, ou seja, a elite depende da mão de obra para o trabalho e a subalterna precisa ser inserida para alcançar a integração social e econômica.

O processo de integração e dependência das classes reflete diretamente na força de trabalho, a qual será analisada seguidamente por Antunes (2004).

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se desse modo *actu* [de fato], força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia* [em potencial]. Para representar seu trabalho em mercadoria, ele tem de representá-lo, sobretudo em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidade de alguma espécie (Antunes, 2004, p.35).

A afirmação do autor mostra que o trabalho é um elemento importante para cada classe, mesmo com interesses antagônicos. Tal assertiva engloba todo e qualquer sujeito social que esteja inserido no mundo do trabalho, seja no mercado formal ou informal, na figura do empregado ou do empregador, que determina também o valor da força de trabalho, que segundo Antunes (2004), significa:

O valor da força de trabalho é formado por dois elementos: um físico e outro histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, ou seja, para manter-se e reproduzir-se, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor desses meios de subsistência indispensáveis constitui o limite mínimo do valor do trabalho (Antunes, 2004 p. 115).

Nesse âmbito, a classe operária ou subalterna depende do fator físico, como também do histórico e social para desenvolver suas atividades

trabalhistas, mas também para obter seus mecanismos de subsistência frente às imposições da força produtiva.

Com a finalidade de satisfazer suas necessidades, o trabalhador insere-se no mercado de trabalho. Já se analisou o processo de reestruturação produtiva e conseqüentemente a flexibilização do trabalho, o que acarreta a exclusão dos trabalhadores e a formação do exército de reserva.

Essas e outras questões abrem várias portas para explicar o processo de informalidade, que mesmo sendo um caminho de precarização do trabalho, aponta ao mesmo tempo, alternativas de sobrevivência para a classe que vive do trabalho.

Nesse contexto, faz-se relevante caracterizar o significado de informalidade, contudo, trata-se de uma categoria que segundo Tavares (2004), não apresenta um conceito único e fechado, ao contrário, é difícil tecer sua descrição.

O setor informal é visto como aquele que abrange os sujeitos que não se inseriram no mercado formal. Entretanto, sabe-se que um estudo mais profundo da temática, revela muito mais que isso.

Tavares (2004) evidencia que até a década de 1980, as atividades denominadas como informais eram desenvolvidas de maneira predominante pela população idosa, pois esta não fazia parte do mercado de trabalho, por analfabetos e demais indivíduos com baixa escolaridade.

Todo esse contexto trazia também as características efetivas do preconceito, ou seja, os indivíduos inseridos no mercado informal eram vistos como incapazes (de alguma maneira), de fazer parte do mercado formal, seja pela idade ou escolaridade.

Apesar do processo de discriminação, Tavares (2004) aponta que:

Esse quadro foi se modificando pela acentuada insuficiência dos empregos gerados no setor formal, frente à força de trabalho disponível, o que determina o ingresso de muitos trabalhadores qualificados nas relações informais de produção, e coloca em dúvida a capacidade da relação salarial moderna abranger todos os trabalhadores (Tavares, 2004, p.35).

A realidade da reestruturação produtiva, que promoveu a flexibilização no mundo do trabalho, originou a crise no mercado, sendo que muitos trabalhadores ficaram à margem do mercado, por ocasião do processo de automação industrial. Tal processo fomentou a insuficiência de empregos, conduzindo os indivíduos, com escolaridade ou não, ao mercado informal.

Ressalta-se que a informalidade aparece nesse contexto como estratégia de sobrevivência e não apenas como suporte para os que não têm condição de inserção no mercado formal.

O setor informal cresce, sobremaneira com a elevação da pobreza em vários países, como consequência de um sistema que explora e expropria.

O quadro no mundo do trabalho configurar-se-á com as novas relações que envolvem, inclusive, a informalidade como estratégia de subsistência para os sujeitos sociais.

Tavares (2004) diz que quando se pensou que o mercado informal pudesse ser combatido com políticas de emprego e de apoio para a renda familiar, emergiu a noção da informalidade como forma mais adequada para a efetivação da acumulação flexível.

Para compreender melhor esse fator, Vidotti e Bento *apud* Harley (2003) tecem o conceito da acumulação flexível dizendo que:

A acumulação flexível, como é chamada, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve altas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto em setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos, em regiões até então subdesenvolvidas como a Terceira Itália, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados (Vidotti & Bento *apud* Harley, 2003, p.10).

A análise dos autores mostra que a acumulação flexível direciona o capital e o mercado para diferentes setores e serviços, sendo que a caracterização do emprego também aparece de variadas formas, incluindo-se aí o setor informal.

Tavares (2004) não assegura a possibilidade do fim da informalidade, ao contrário, há níveis em que ela deve ser parametrada pelo capital, ou seja, depende dele também para efetivar-se, haja vista que ambos dependem entre si para existirem, interpenetram-se e conseqüentemente são também indissociáveis.

A informalidade evidencia-se como parte da dinâmica social e econômica de uma sociedade, e existe até mesmo em países onde o capitalismo é mais desenvolvido. Não há uma sociedade em que todos os indivíduos consigam vender sua mão de obra exclusivamente no mercado formal. Portanto, o indivíduo inserido na informalidade cria uma identidade inerente, devido aos

seguintes aspectos:

A informalidade que está sendo difundida se pauta principalmente no discurso da autonomia, da independência, da transformação de trabalhador em empresário. Com isso atribui-se à pequena empresa uma relevância que induz aos trabalhadores a acreditarem que esta pode lhes assegurar mecanismos de proteção social, qualificação e renda. Para que isso fosse verdade, certas tendências capitalistas, como a concentração e a centralização, transformadoras de muitos capitais menores em poucos maiores, teriam que ser eliminadas, idéia absolutamente improvável pelos próprios limites estruturais do sistema. O que ocorre é que, sob a égide da acumulação flexível, formas particulares de inserção à produção, que já foram representativas de uma economia atrasada, tornaram-se bastante funcionais à acumulação capitalista. São essas formas que entendemos consubstanciar a “nova informalidade” (Tavares, 2004, p.45).

A informalidade traz ao trabalhador a falsa ideia de empresário ou sujeito independente que tem seu próprio negócio, contudo, a realidade do referido mercado não é tão simples.

O sistema capitalista continua a gerar concentração de riquezas nas mãos de poucos e a centralização da mais-valia. O que fundamenta a ideia de progresso na informalidade é a funcionalidade com que o capital trata esse setor. Podem-se produzir novos produtos com espaço no mercado, entretanto nem sempre gera autonomia socioeconômica e por vezes, os indivíduos tornam-se alvo de projetos sociais, considerando a configuração da Questão Social no cotidiano vulnerável dos sujeitos.

Apesar disso, a ideia de se ter um negócio próprio, elenca as possibilidades idealistas da informalidade, mas não se podem esquecer as lacunas geradas pela acumulação flexível, pelas estratégias do capital, pela realidade da formação de um exército de reserva, já que a população não consegue se inserir no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a discussão tece fatores relevantes porque o objeto de pesquisa desta dissertação envolve as mulheres inseridas no mercado informal, que atuam na Feira de Artesanato do Centro da cidade de Manaus/Am, ou seja, que fazem parte dessa informalidade.

Para aprofundar melhor a questão da informalidade de tais mulheres, assim como o *lôcus* de trabalho, faz-se necessário o estudo da categoria gênero, que será apresentado no capítulo seguinte.